

rificas da escrita, a exemplo das construções com verbo *haver* impessoal, como em *houveram pessoas que reclamaram da comida*. Por outro lado, a fala contém construções com deslocamento para a esquerda, do tipo: *O Brizola, ele é o mesmo mesmo*. Este item sequer é abordado nas aulas de português, dado que a frequência de seu aparecimento na escrita dos alunos é baixa.

As distinções acima se justificam, na medida em que o ensino prescritivo descritivo interferem no domínio das formas de prestígio e no abandono parcial ou total das formas estigmatizadas. O ensino produtivo cumpre sua missão quando o aluno busca identificar-se com grupos detentores de formas de prestígio, procurando apropriar-se dessas formas, como capital simbólico. Esse processo de apropriação é desencadeado pelo aluno, que o agiliza independentemente do nível de pressão da escola. A homogeneização do comportamento social ocorre no convívio com membros da comunidade discursiva. A consciência do valor do capital simbólico se desenvolve na interação com os pares.

Distribuição dos fenômenos

Os fenômenos estudados em que se avalia o efeito do fator escolaridade cobrem vários segmentos da organização gramatical da língua, em diferentes níveis de frequência. Entre outros itens, recebem atenção a concordância nominal, a regência verbal, o verbo *ir* de movimento, a supressão da semivogal em formas do tipo *feixe/feix*, o uso de *nós* e de *a gente*, o uso de *seu* versus *dele*, *dela*, *deles*, *delas*, bem como o uso do artigo definido antes de pronomes possessivos e de nomes próprios.

O fenômeno da concordância nominal é tratado pelos diferentes tipos de exercício. Os exercícios de concordância se verificam em todos os níveis de ensino, em graus crescentes de exigência, à medida que os alunos avançam no processo de escolarização. É natural, portanto, que o efeito do grau de escolarização se revele pronunciado, regular e constante, como o demonstram os informantes da amostra pesquisada aqui analisada. A aplicação da regra de concordância é parcialmente controlada pelo discurso e está sujeita a diferentes graus de estigmatização.

O fenômeno da regência verbal, ilustrado aqui pelo estudo do verbo *ir* de movimento, é mais tópico e mais limitado, como um problema típico de domínio de regras de regência. É ensinado na escola de forma assistemática, mas constata-se em lembretes do tipo: *vou ao dentista*, e não: *vou no dentista*; *vou ao médico*, e não: *no médico*. O estudo ilustra o efeito de fatores de natureza semântica, no domínio de que há tendência a usar *ir em quando* o alvo é local aberto, do tipo: *vou à praia*, *vou no shopping*, mas *fui ao médico*.

A abordagem das condições de uso de *a gente* em oposição a *nós*, e *dela*, *deles*, *delas*, em oposição a *seu*, *sua*, *seus*, *suas* não recebe tratamento sistemático na escola, em nenhum nível de ensino. Ao menos, é o que se deduz

do exame dos manuais de ensino da língua, em que inexistem seções de análise, descrição, nem exercícios de fixação das formas supostamente mais prestigiadas, respectivamente *nós* e *seu*, *sua*, *seus*, *suas*.

Tende a haver reação mais decidida de rejeição contra *a gente*, nos casos em que, por extensão semântica e pragmática, a forma é utilizada com o verbo na primeira pessoa do plural, como em *a gente vamos jogar*. O que se passa com *a gente vamos* é mero processo de extensão dos efeitos da regularização, uma vez que *a gente* é reanalisado como equivalente a *nós*. O uso de *nós* tende a manter-se em determinados contextos de fala, apesar da competição de *a gente*, sobretudo na função de sujeito, em construções no passado. As investigações levadas a efeito nos dados do projeto PEUL apontam para correlações interessantes, embora não estreitas nem estáveis, entre a taxa do uso de *nós* na posição de sujeito e o nível de escolaridade do usuário da língua.

O papel normatizador aparece nos textos para leitura e interpretação, normalmente produzidos por escritores de renome, locais ou nacionais. Nossa interpretação é que, para esse tipo de fenômeno, em que não há tratamento sistemático na escola, outras agências sociais, como a igreja, o clube, o partido e os demais espaços sociais de interação exercem papel homogeneizador nada desprezível.

Quanto a *dela*, *dela*, *deles*, *delas*, em oposição a *seu*, *sua*, *seus*, *suas*, não haveria propriamente o que prescrever, por não haver uma forma estigmatizada, no sentido estrito, e sim um prestígio maior associado a *seu* e suas flexões. Ocorre, mesmo que o uso de *dela* e suas flexões seja preferível, nos casos em que o uso de *seu* favoreça a ambiguidade, como em exemplos do tipo ilustrado em trocadilhos e anedotas de cunho linguístico:

Fulano, foi passear com sua mulher ou o médico cuida bem dos seus pés.

O uso de artigo definido antes de nome próprio é sensível ao grau de compartilhamento associado ao nome próprio. Personagens conhecidos ou reconhecidos socialmente tendem a ser identificados pela expressão *o/a nome*, a exemplo de *o Lula*, *o Brizola*, *a Benedita*. Quando se trata de pessoas não públicas, tende a haver variabilidade não sistemática no uso do artigo (*o Pedro chegou* vs *Pedro chegou*). Há creanças, não testadas, que apontam para distribuição geográfica das tendências. Uma região do Brasil tenderiam a enfatizar a presença do artigo, enquanto outras não.

Considerações finais

Em projetos de pesquisa que privilegiam a língua falada, em situação de entrevista, aparecem apreciavelmente nítidas as interferências do grau de formalismo da gravação, como um efeito secundário e indireto da escolaridade.